

## METODOLOGIAS QUALITATIVAS

### PERSPECTIVAS GERAIS

ANTÓNIO JOAQUIM ESTEVES<sup>1</sup>

O tratamento das técnicas, quer qualitativas quer quantitativas, é feito frequentemente num esquema de certa artificialidade, nomeadamente quando são isoladas dos restantes níveis que integram a estratégia de investigação: o metodológico, o teórico e o epistemológico.

Os textos incluídos nesta parte introdutória ajudam a inflectir esta tendência, partindo embora de pontos de abordagem distintos: o primeiro texto (T1)<sup>2</sup> ilustra a necessidade de coerência entre os diversos níveis de trabalho científico através duma apresentação da história da construção da sociologia, enquanto o segundo (T2)<sup>3</sup> coloca essa necessidade como desafio implícito na problemática emergente da “violência na família”.

Os “modelos deterministas” presidiram à emergência da Sociologia, pressupondo uma particular “configuração do social”, a que “convinham o princípio de totalidade e o postulado da reificação e da estabilidade da realidade” (T1: 22). O privilégio logicamente conferido às técnicas quantitativas na investigação sociológica mantém-se adequado até quando, e na medida em que “os fenómenos sociais são dotados de uma maravilhosa constância”, “ocorrem no interior de um todo, em obediência a uma concepção orgânica da sociedade” (T1:10). As mais das vezes, o sociólogo contenta-se com o estabelecimento de regularidades sociais, de “correlações entre fenómenos” (T1: 17).

A adopção recente de “paradigmas de indeterminismo” é imposta por uma “nova configuração da sociedade que exige outras construções teóricas” (T1:17), pela “emergência de um social de tipo novo” (T1:18), onde prevalecem “relações sociais de carácter electivo” (T1: 19), “a coexistência do individual e do universal” (T1: 20). Para o autor, isto significa que “se a quantificação levanta alguns problemas –lembrando-se embora que a Sociologia não pode prescindir dela -, importa complementá-la com estudos qualitativos” (T1:22). A “construção” é, assim, um processo que tanto

---

<sup>1</sup> Faculdade de Economia/Faculdade de Letras (Sociologia) da Universidade do Porto.

<sup>2</sup> (T1) refere-se a FERNANDES, António Teixeira, “Alguns desafios teórico-metodológicos” pp. 9-27.

caracteriza a sociedade como configuração social de sentido como está na base da sociologia como saber sistematicamente produzido a partir da interrogação organizada do sociólogo (T1: 27).

As técnicas qualitativas são particularmente justificadas nesta conjuntura social e científica como meios mais adequados, embora não exclusivos, ao estudo da produção e circulação de sentido, mormente quando estão em estudo problemas emergentes em populações escondidas.

O fenómeno da “violência na família”, proposto pelo Texto nº2, constitui, ao lado de fenómenos como a corrupção, o uso da droga, a sida, a prostituição, etc., um excelente exemplo ilustrativo quer de uma problemática emergente quer de uma população oculta. As suas características evocadas ao longo do texto permitem a qualquer investigador marcar as diferenças quanto à recolha de informações, à mobilização da teoria, à construção da população-amostra ou à análise dos dados obtidos no quadro daquilo que Karl M. van Meter apelida “metodologia ascendente”<sup>3</sup>

Em primeiro lugar, as amostragens geralmente consideradas como menos rigorosas do ponto de vista estatístico, tais como as intencionais, as de “bola de neve” ou as acidentais, tornam-se indispensáveis na constituição da população a estudar.

Depois, forçando um estudo mais intensivo do que extensivo, a condição de fenómeno mais ou menos invisível, ocultado ou disfarçado, torna inevitável, por outro lado, não só um prolongado “trabalho de campo” como reivindica a presença continuada do investigador num processo artesanal, sem delegação nem pausas, de teorização. Os estudos conduzidos na base de técnicas e metodologias extensivas e quantificadoras ao mesmo tempo que requerem instrumentos e protocolos de observação altamente estandardizados dividem a investigação sociológica em dois trabalhos fortemente distintos e separáveis: a concepção e a execução. Desse modo, a teorização não é coextensiva por igual a todo o processo de pesquisa: intensa na fase inicial da construção do instrumento de recolha de informação, implícita ou ausente na fase de recolha mormente quando esta recorre a “profissionais da entrevista”, intensa e imaginativa na fase de análise dos “dados” e de interpretação dos resultados. Justamente, ao contrário

<sup>3</sup> (T2) refere-se a DIAS, Isabel, “As estratégias de pesquisa qualitativa no estudo da violência na família” pp.29-39

<sup>4</sup> Cfr. Karl M. van Meter, “Méthodologie sociologique”, in *Révue Internationale des Sciences Sociales* (UNESCO), nº139, Fev. 1994, pp.25-36. O autor exprime a insatisfação perante a tradicional oposição de “qualitativo” e “quantitativo”, colocando “nomeadamente as palavras em oposição aos números, os meios naturais em oposição aos meios artificiais, o sentido em oposição ao comportamento, a aproximação indutiva em oposição à aproximação dedutiva, os esquemas culturais em oposição às leis científicas, o idealismo em oposição ao realismo” (Ibid.:26). Em

desta utilização da teoria e desta presença do investigador é o que, em princípio, ocorre nas metodologias qualitativas.

Por fim, é à desocultação das diversas formas tipificáveis como à invenção de mecanismos por elas responsáveis, tanto ou mais do que à determinação da sua extensão e distribuição, que cabem, de resto, os primeiros esforços de investigação. Mesmo quando forem viáveis consistentes procedimentos de explicação e interpretação, ficará bem marcada a imbricação da teoria com o processo de observação e a sua emergência no próprio terreno (no sentido literal de “grounded theory”).

Outra questão que encabeça o tratamento das metodologias qualitativas é a afirmação generalizada do construtivismo e da construção da realidade como pressupostos básicos. A extensão generalizada desta invocação inspiradora não deve, porém, eximir o investigador de acertar o seu alcance preciso. Desde a afirmação de que tudo é construção –quod est probandum- até ao pressuposto de que tudo é totalmente construção vai toda uma transformação que substitui um princípio heurístico por um axioma ontológico. E, todavia, variados são os entendimentos da “construção” da realidade.

Alguns deles propõem-se eliminar qualquer possibilidade de abordagem “causal” ou “explicativa” dos fenómenos em análise. Outros, dispondo-se face a esses dois pólos – realismo causal e construtivismo radical-, invocam processos variados da “construção” da realidade: a nível mental e subjectivo, nuns casos; a nível colectivo e objectivo, noutros; com recurso a processos linguísticos, nuns casos; com recurso a processos simbólico-culturais mais vastos, noutros; com recurso a processos organizacionais concretos de interesses e poder, noutros ainda.

Por outro lado, ainda, e não menos importante, há que distinguir o plano ontológico como importante na caracterização da postura construcionista: de um lado, a daqueles que, na “construção social da realidade”, de tanto sublinhar a “construção social” acabam por esquecer ou elidir “a realidade” na sua consistência, solidez e autonomia e, nessa medida, a “força das coisas”; por outro, a daqueles que não renunciam, no quadro de certo realismo crítico, à existência da “realidade” por mais “convenção”, “negociação”, “imposição” e “comunicação” que ocorra entre as diversas comunidades e entre os respectivos membros sobre o seu significado<sup>5</sup>.

---

vez dessa representação, prefere como um dos “modos mais construtivos de organização da metodologia sociológica” (Ibid.:28) a oposição entre “metodologia descendente” e “metodologia ascendente”.

<sup>5</sup> Reler-se-á, com vantagem, o texto fundamental de Mehan, Alfred, “Le constructivisme social en psychologie et en sociologie”, in *Sociologie et sociétés*, vol. XIV, n<sup>o</sup>2, Out. 1982, pp.77-96. Como ilustração concreta dos vários cambiantes – epistemológicos, ontológicos, instrumentais, linguísticos e políticos- da “construção da realidade”, cfr.

Por último, combinando as posturas a nível epistemológico com as de nível ontológico, há que ressaltar descoincidências na sua combinatória: epistemologias construtivistas, como as do racionalismo popperiano ou estruturalismo piagetiano, coexistem com posturas ontológicas de matriz realista, quer de orientação individualista quer de orientação intersubjectiva e social; epistemologias construtivistas, como as do racionalismo de Bourdieu ou Passeron, associam posturas de realismo histórico-sócio-geográfico; perspectivas fenomenológicas e hermenêuticas, como as de Berger e Luckmann ou de Gadamer, coexistem com perspectivas de realismo “institucional” ou “cultural”; perspectivas fenomenológicas e hermenêuticas críticas, como as de Habermas e outros teóricos críticos, associam um realismo histórico, atento às contradições, aos presentes não-contemporâneos e em mudança emancipadora; perspectivas fenomenológicas ou “radicalmente construtivistas”, como as de Watzlawick e Luhmann, combinam-se com a rejeição de uma realidade objectivamente existente, fora do permanente processo de “invenção” ou “auto-poiésis” sistémica que tudo transforma em contingente<sup>6</sup>.

Problema geral das metodologias qualitativas, num grau que não tem comparação nas metodologias quantitativas, é o que deve o investigador resolver a propósito da “compreensão” dos fenómenos em estudo. Tal é a complexidade do processo – atingindo obras humanas tão diversas como as expressões artísticas, as expressões faladas ou escritas, os comportamentos gestuais, etc.– que, também aqui, o risco da parcialidade é grande e grave.

Por muitas influências mais ou menos teorizadas em termos individualistas ou fenomenologistas, o autor é colocado na origem da determinação do sentido do que faz ou diz ou escreve. A submissão do investigador às suas intenções declaradas, aos seus propósitos enunciados, às suas motivações propostas deriva como corolário, delimitando desde logo qualquer movimento mais livre de empatia ou interpretação criadora.

---

Schweber, Louis, “L’histoire de la statistique, laboratoire pour la théorie sociale”, in *Révue Française de Sociologie*, XXXVII, 1996, 107-128. Um panorama vasto e equilibrado no campo da história das ciências pode encontrar-se em Pestre, Dominique, “Pour une histoire sociale et culturelle des sciences. Nouvelles définitions, nouveaux objets, nouvelles pratiques”, in *Annales HSS*, Maio-Junho 1995, n-3, pp.487-522. Ilustrativo do mundo de matizes é o texto “How Compatible are Radical Constructivism, Sociocultural Approaches, and Social Constructivism?” de Gouffey, Jere, publicado em Steffe, Leslie P. & Gale, Jerry (eds.), *Construction in Education*, Hillsdale, LEA, 1995.

<sup>6</sup> Um mapa mais pormenorizado destas questões poderá encontrar-se em Guba, Egon G.; Lincoln, Yvonna S., “Competing Paradigms in Qualitative Research”, in Denzin, Norman K.; Lincoln, Yvonn S. (eds.), *Handbook of Qualitative Research*, Londres, Sage, 1994, pp.105-117. Posição muito própria é a de Sayer, A., *Method in Social Sciences. A Realist Approach*, Londres, Routledge, 1992, onde o diálogo e o confronto com os processos de investigação quantitativa se faz numa perspectiva realista atenta à “construção linguística” da realidade: “Os objectos das ciências naturais tendem a ser mecanismos altamente duráveis, independentemente do contexto, muitas vezes susceptíveis de serem estudados em condições de sistema fechado. Os fenómenos sociais têm histórias e geografias, e os seus significados intrínsecos podem ser múltiplos e transitórios. À vista disto, dificilmente surpreenderá que os

Mostrando quanto a interpretação é um processo perigoso para a subjectividade (“os meus sentimentos e as minhas preocupações mais íntimas”) do autor, justamente porque autónoma e fora do controlo do autor, por um lado, criadora de possíveis, por outro, e desafiando, por último, a sua verdade (“o que lhe estou a dizer (é) a expressão da verdade”) pode ler-se a seguinte interpelação que o entrevistado dirige à entrevistadora: “Porque é que você quer interpretar os meus sentimentos e as minhas preocupações mais íntimas e não se limita, como faz qualquer jornalista objectivo, a registar o que lhe estou a dizer, que é a expressão da verdade?”<sup>7</sup>.

Sobrepondo o “sentido aceitável para” o próprio autor ao sentido produzido em resultado de outros princípios e por outros actores em interacção, também o epistemólogo caiu em equívoco da mesma natureza: “Em que é que o sentido exteriormente importado pelo analista seria mais justo do que aquele que é expresso pelo actor? O sujeito, psicológica e, até, psicanaliticamente falando, não se define pela capacidade de dar um sentido, aceitável para ele, à realidade que ele vive, o que nós denominámos por diversas vezes um sentido em primeira pessoa?”<sup>8</sup>.

Para além de ser claro que o sentido da acção social dos humanos, desde que assoma ao mundo exterior pela linguagem e pelo movimento corporal, não se pode esgotar nas forças, conscientes ou inconscientes, que lhe deram origem, também é claro que qualquer processo de empatia do investigador, colocando-se “do ponto de vista” do autor, não pode ficar refém da sua subjectividade ou do sentido. A ser assim, o trabalho de investigação nem chegaria a estar à altura de um trabalho de “tradução”.

O senso comum, certas hermenêuticas e certas fenomenologias, centrados na indagação da subjectividade do autor, depressa se viram confrontados com as dificuldades postas por textos religiosos ou jurídicos, cujos autores eram desconhecidos ou provenientes de colectivos. A situação proporciona, então, um outro princípio de decifração do sentido: o próprio texto ou própria obra.

A materialidade da obra e a objectividade do texto constituem o lugar por excelência da determinação do sentido. O princípio estruturalista prescinde do autor e escolhe a estrutura da obra, em todas as suas componentes e em todas as suas relações, como espaço do sentido possível. Ninguém como Michel de Foucault poderia apontar o processo estruturalista em tão breves palavras: “o sentido dum enunciado não seria

---

cientistas naturais possam basear-se num vocabulário mais estável do que aquele que os cientistas sociais podem usar” (Ibid.:263, sublinhado A]E).

<sup>7</sup> Pública, 31 de Agosto 1997, p.23.

<sup>8</sup> Berthelot, J.M., *L'intelligence du social*, p.147.

definido pelo tesouro das intenções que ele encerraria, revelando-o e reservando-o ao mesmo tempo, mas pela diferença que o liga com outros enunciados reais e possíveis, que lhe são contemporâneos ou aos quais se opõe na série linear do tempo"<sup>9</sup>. Levado ao limite, tão exclusivo como o primeiro modo de atingir o sentido, este princípio define que todo o sentido está na estrutura e que fora da estrutura não há sentido.

No que toca à interacção e às relações sociais, este princípio, transposto por analogia ao "texto social", apresenta, contudo, diversas variantes : conforme a estrutura se formaliza em termos de relações normativas (estrutural-funcionalismo), ou em termos de relações de exploração e/ou de dominação (marxismo, weberianismo, micro-estratégias de Foucault ou Michel de Certeau etc.), ou em termos de relações de "interesse" ou de "dom" (a "teoria dos campos" de Bourdieu; o "movimento anti-utilitarista em ciências sociais"). Em qualquer caso, porém, são as coordenadas objectivas das relações sociais que permitem, sem mais, estabelecer o sentido que lhes é imanente.

Estes dois princípios de determinação do sentido acabam, contudo, por deixar de fora o que, só aparentemente, é exterior quer ao sujeito-autor quer à obra-texto: o contexto de produção. Foi contributo das ciências sociais e históricas situar tanto um como outro nas condições sociais geográfica e historicamente particulares em que a actividade humana de produção cultural se desenvolveu. Só por razões analíticas, que não podem ignorar as suas conseqüências em termos de possível envezamento do entendimento da criação cultural, é que pode ser colocada entre parêntesis esta dimensão social. A respeito do fenómeno literário, vai para três décadas que R. Escarpit (1968) lamentava que "de facto, a história literária se tem consagrado, durante séculos, e se consagra, ainda, demasiadas vezes, apenas ao estudo dos homens e das obras (biografia espiritual e comentário do texto), considerando o contexto colectivo como uma espécie de cenário, de ornamento abandonado à curiosidade da historiografia política"<sup>10a</sup>. E como se não bastasse colocar o princípio de análise social da produção cultural, o autor explicita a sua argumentação em termos de operacionalização do processo quer quanto ao estudo dos autores quer quanto ao estudo das obras: "Não é indiferente, para compreender os autores, o facto de que, nos dias de hoje, escrever se tenha tornado uma profissão – ou, pelo menos, uma actividade lucrativa – que se exerce no quadro de sistemas económicos cuja influência sobre a criação resulta inegável. Não é indiferente à compreensão das obras que o livro seja um produto manufacturado, comercialmente distribuído e,

<sup>9</sup> Foucault, Michel, *Naissance de la clinique. Une archéologie du regard médical*, Paris, PUF, 1975, p.XIII.

<sup>10a</sup> Escarpit, Robert, *Sociologia della letteratura*, Nápoles, Guida Editori, 1970 (ed. orig.: Paris, PUF, 1968), p.6.

portanto, submetido à lei da procura e da oferta. Não é indiferente – conclui R. Escarpit -, indo ao fundo da questão, que a literatura seja – entre outras coisas, mas de maneira inquestionável – o ramo “produção” da indústria do livro tal como a leitura é o seu ramo “consumo” <sup>10</sup>.

Quase imperceptivelmente, passa-se a um outro princípio de determinação do sentido da actividade humana: o público ou, na sua multiplicidade de espaços e tempos e competências, os públicos. R. Escarpit analisa a criação literária em termos muito próximos dos que H.G. Mead utilizou acerca do pensar como “diálogo num parlamento de múltiplos eu”: “Todo o escritor, no momento de escrever, tem presente na consciência um público, se não for mais, ele próprio. (...) Nas próprias fontes da criação literária, existe um “público na função de interlocutor”, podendo existir clivagens relevantes entre o escritor e o público a que se dirige a publicação” <sup>10b</sup>.

O(s) público(s) não aparece(m) só nesta função de interlocutor na criação cultural ou na acção social. Tendências oriundas da estética literária (entre outros, Eco, Iser e Jauss) impuseram a experiência do receptor como elemento co-determinante do significado da obra humana, à semelhança do que o interaccionismo simbólico promoveu no quadro da sociologia, chamando à colação a “definição de situação” (W.I. Thomas) por parte dos actores.

Com graus diferentes em termos de “indeterminação”, “abertura” e “polissemia” quer das diferentes obras quer das diversas situações, a ideia irreversível é que o processo de recepção <sup>11</sup> a cargo do leitor, do espectador ou do ouvinte é um elo incontornável na cadeia de momentos de decifração e criação do significado.

Sem deixar de lado as eventuais clivagens não só entre o autor originário e o(s) público(s) mas entre estes - a começar pela distância entre o público-resíduo, o público-

<sup>10</sup> Escarpit, Robert, *Sociologia della letteratura*, Nápoles, Guida Editori, 1970 (ed. orig.: Paris, PUF, 1968), 6-7.

<sup>10b</sup> Escarpit, Robert, *Sociologia della letteratura*, Nápoles, Guida Editori, 1970 (ed. orig.: Paris, PUF, 1968), 58.

<sup>11</sup> Iser, Wolfgang, “Les problèmes de la théorie contemporaine de la littérature: l’imaginaire et les concepts-clés de l’époque”, in *Critique*, XXXVII, n°413, Out.1981, pp.1091-1114; Jauss, Hans-Robert, *Pour une esthétique de la réception*, Paris, Gallimard, 1978; Jauss, Hans-Robert, “Esthétique de la réception et communication littéraire”, in *Critique*, XXXVII, n°413, Out. 1981, pp.1115-1130; Eco, Umberto, *Opera aperta*, Milão, Bompiani, 1967, e *La struttura assente*, Milão, Bompiani, 1968 ; Wexler, Philip, *Social Analysis of Education. After the New Sociology*, Londres, Routledge, 1987. Desde Eco passando por Iser, toma-se hoje consciência de que as possibilidades de leitura, interpretação e recepção por parte do(s) público(s) estão constrangidas por uma estrutura imanente à produção humana. Eco, em *Os limites da interpretação* (Lisboa, Difel, 1992), acaba por referir “os direitos do texto (o que não quer dizer que coincidam com os direitos do autor)” (p.18). Para Iser, haverá toda a conveniência em separar interpretação de recepção: “Ganhou-se, assim, também uma diferença entre interpretação e recepção. A interpretação como estrutura do duplo sentido encontra o seu termo na constituição do sentido do texto. Por ela o imaginário supera-se numa determinação semântica. (...) A recepção não é, em primeiro lugar, um processo semântico mas refere-se à possibilidade de fazer a experiência da figura do imaginário projectada no texto. Porque trata-se na recepção de produzir, por meio das indicações estruturais e funcionais dadas, o objecto representacional do texto na consciência do receptor. Por aí, chega-se à experiência do texto (...)” (Ibid.:1114-115). Sobre as

amador, o público-profissional <sup>10c</sup>, o processo interpretativo devolve à comunicação, com todas as suas limitações, o lugar central na constituição do significado tal como na constituição da sociedade.

Sabendo embora que a tendência histórica na solução deste problema, central na vida social assim como na sociologia, foi de privilegiar uma perspectiva com exclusão das restantes, parece-nos que, na actual fase, só a integração das virtualidades de cada uma delas pode propiciar uma metodologia de maior alcance.

---

divergências entre Iser e Jaus, cfr. Wolff, Janet, A produção social da arte, Rio de Janeiro, Zahar, 1982 (ed.orig.:1981), pp.123-127.

<sup>10c</sup> Escarpit, Robert, Sociologia della letteratura, Nápoles, Guida Editori, 1970 (ed. orig.: Paris, PUF, 1968) p.95.